REVISTA
SABERES
DA AMAZÔNIA
CIÊNCIAS JURÍDICAS, HUMANAS E SOCIAIS

VOL. 4 | N. 9

Julho-Dezembro 2019 | ISSN: 2448-0576

DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE (AGENDA 2030) NO BRASIL: um estudo sobre a importância do capital social e do capital financeiro

CHALLENGES OF THE IMPLEMENTATION OF SUSTAINABILITY (AGENDA 2030) IN BRAZIL: a study on the importance of social and financial capital

Ricardo Stanziola Vieira¹

Resumo

O conceito de desenvolvimento sustentável, assim cunhado pelo Relatório Brundtland em 1987, apresentou duas categorias centrais: necessidades e limites. Este debate chega atualmente no escopo moderado da Agenda 2030 / Objetivos de desenvolvimento sustentável - ODS. É nesse contexto, que se lançam desafios para a efetivação prática do desenvolvimento sustentável: o capital humano e o capital financeiro. O conceito de governança, ajuda a entender esse movimento de aumento da participação da sociedade civil e outros atores não-estatais nos processos decisórios. Pautado pelo método indutivo e bibliográfico/documental de investigação, este artigo tem por objetivo analisar como este processo de governança (transnacional e multiautores), hoje considerada um princípio na implementação da Agenda 2030, pode vir a incentivar o surgimento de lideranças e novas formas de financiamento e fomento de práticas para a sustentabilidade. Considerando o distanciamento entre as Agendas internacionais do Meio Ambiente e a do Desenvolvimento, com predominância desta última, o trabalho, como resultado, analisa em que medida as Conferências Internacionais de Financiamento ao Desenvolvimento são uma possibilidade para aproximar essas duas agendas e lançar uma Agenda de Ação global com instrumentos financeiros para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Palavras-chave: Implementação da sustentabilidade; Objetivos do desenvolvimento Sustentável (ODS); Agenda 2030; Capital Social; Capital Financeiro.

Abstract

The concept of sustainable development, as presented by the Brundtland Report in 1987, refers to two central categories: needs and limits. This debate currently comes

¹ Pós-doutor no Centro de Pesquisa Interdisciplinar em Direito Ambiental, Urbanismo e gestão do território (Crideau, Universidade de Limoges - França, 2007-2008). Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (2004). Itajaí, SC – Brasil. E-mail: ricardoStanziola@univali.br.

within the moderate scope of Agenda 2030 / Sustainable Development Objectives - ODS. It is in this context that challenges are introduced for the practical realization of sustainable development: human capital and financial capital. The concept of governance helps to understand this movement to increase the participation of civil society and other non-state actors in decision-making processes. Guided by the inductive and bibliographical / research documentary method, this article aims at analyzing how this process of governance (transnational and multi-stakeholder), now considered a principle in the implementation of the Agenda 2030, can encourage the emergence of leaderships and new forms of financing and promotion of practices for sustainability. As a result of the gap between the International Environmental and Development Agendas, with the latter predominating, the work, as a result, examines the extent to which the International Conferences on Financing for Development are a possibility to bring these two agendas closer together and to launch an Agenda for Global action with financial instruments to achieve the Sustainable Development Goals.

KEYWORDS: Implementation of sustainability; Sustainable Development Objectives (ODS); Agenda 2030; Social capital; Financial Capital.

INTRODUÇÃO

A presente reflexão baseia-se no questionamento de como as lideranças e as finanças sustentáveis estão contribuindo para os desafios de implementação da Agenda 2030 e os ODS no Brasil.

No início dos anos setenta (1970), o que viria se denominar desenvolvimento sustentável, surgiu com uma abordagem mais ampla, com o nome de Eco Desenvolvimento. Foi apresentado e defendido por diversos líderes e com bons presságios pela publicação do relatório do Clube de Roma, o qual pregava o crescimento zero como forma de evitar a catástrofe ambiental em um contexto de controvérsias sobre as relações entre crescimento econômico e meio ambiente².

Essa questão foi discutida, inicialmente, conforme preleciona Bellen³, pela *World Conservation Union* no documento intitulado *World's Conservation Strategy*, no qual consta que para haver desenvolvimento sustentável, faz-se necessário considerar aspectos referentes às dimensões social e ecológica, assim como os aspectos econômicos dos recursos vivos e não vivos e as vantagens de curto e longo prazo de ações alternativas. Posteriormente, o foco que estava fixo na

² MAY, P. H.; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. (Org.). *Economia do meio ambiente: teoria e prática*. 2. ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2010

³ BELLEN, H. M. van. *Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006, p. 45.

integridade ambiental, desloca sua ênfase, a partir do Relatório Brundtland, especialmente para o elemento humano, cobrando um equilíbrio entre as dimensões econômica, ambiental e social. Na segunda metade da década de oitenta, surgiu o mais conhecido e disseminado conceito sobre desenvolvimento sustentável, após a criação da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD), ou *World Commission on Environment and Development (WCED)*, vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), que resultou no Relatório Brundtland:

[...] desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforça o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações futuras [...] é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades⁴.

A relevância e reconhecimento sobre a conceituação adotada pelo Relatório Brundtland se dá pelo fato de envolver a necessidade e a limitação. A necessidade, em particular, às necessidades essenciais dos países subdesenvolvidos do planeta, para os quais a atenção deve ser priorizada e os limites sobre o uso da tecnologia e a organização social para manter a capacidade do meio ambiente no atendimento das necessidades das gerações presentes e futuras.

Fica ainda evidente, dentro do conceito de desenvolvimento sustentável que não há um estado estático, pois o processo de crescimento pode continuar a ocorrer sem a existência da lógica autodestrutiva predominante. A despeito disso, faz-se necessário estabelecer, para a conceituação, critérios e consenso com a finalidade de definir o que é “não comprometer a capacidade de gerações futuras”, visto que aquilo que é primordial para as gerações atuais pode não ser de tamanha relevância para as futuras. De acordo com a Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, os principais objetivos de políticas derivadas desse conceito de desenvolvimento sustentável são: retomar o crescimento como condição necessária para erradicar a pobreza; mudar a qualidade do crescimento para torná-lo mais justo, equitativo e menos intensivo em matérias-primas e energia; atender às necessidades humanas essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento; manter um nível populacional sustentável; conservar e melhorar a base

⁴ *Relatório Nosso Futuro Comum*. Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD). São Paulo: FGV, 1987.

de recursos; reorientar a tecnologia e administrar os riscos; e incluir o meio ambiente e a economia no processo decisório.

Sobre a preocupação com a problemática do desenvolvimento sustentável, Sachs acrescenta as dimensões cultural, geográfica e política para explicar a sustentabilidade e o consequente desenvolvimento sustentável, afirmando que ao atuarem no sistema – social, econômica, ambiental e institucional - irão conduzir ao equilíbrio. Segundo o estudioso, na dimensão econômica, os olhares devem estar voltados para o desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado e atentar para a segurança alimentar, busca de capacitação contínua dos instrumentos de produção, diversificação dos produtos e mercados, e garantia na geração de renda. Explana ainda, o doutrinador, que na dimensão social, seria preciso manter uma homogeneidade social, distribuição justa de renda, geração de empregos, qualidade de vida e igualdade no acesso aos recursos e serviços. Já na ambiental, ele ressalta o respeito pela capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais, preservação do potencial do capital natural na sua produção de recursos renováveis, bem como no limite e uso correto dos recursos não renováveis. E, por fim, na dimensão institucional, seria preciso assegurar o compromisso e a capacidade do Estado em implementar políticas e projetos voltados para o desenvolvimento da sociedade, bem como manter um nível razoável de coesão social⁵.

Neste sentido esta reflexão busca tentar apontar os gargalos e propor alternativas para superação dos mesmos. Busca-se contribuir para integrar as duas agendas, apontando as incongruências e mecanismos de superação destas.

Desenvolvimento Sustentável e Governança Ambiental como categorias privilegiadas

Neste novo cenário de incorporação dos valores da sustentabilidade pelas políticas públicas verifica-se que o Direito Ambiental vem evoluindo do tecnicismo para o socioambientalismo e também as categorias de Desenvolvimento Sustentável e Governança Ambiental têm sofrido importantes transformações. O conceito de Desenvolvimento Sustentável em si, já é fruto de uma importante tomada de consciência axiológica mais complexa: como reatar com o crescimento de forma a fazer recuar as desigualdades e a pobreza, sem deteriorar o meio ambiente legado

⁵ SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

às futuras gerações? O conceito conheceu uma evolução sem precedentes reconhecendo as três dimensões: econômica, ambiental e social, base do que seria posteriormente um incremento de participação da cidadania em um contexto globalizado.

O mesmo se pode dizer em relação a Governança Ambiental. Esta categoria recente que pareceria uma utopia há algumas décadas, atualmente constitui uma necessidade e vem dando o tom do discurso nacional (governança ambiental local) e internacional (governança ambiental global). Isto fica claro, sobretudo, após a entrada em vigor de tratados como a Convenção da Diversidade Biológica, a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC) e o Protocolo de Quioto. Ambos os conceitos acima têm levado a uma nova formatação de Governança e Políticas Públicas Ambientais, que passam a ser marcadas por uma maior participação da sociedade civil nos processos decisórios e de gestão ambiental.

Trata-se de experiências recentes e como tal os desafios são inúmeros, sobretudo no campo prático. Destacam-se direitos de acesso à informação, à participação pública na tomada de decisões e o acesso à justiça em matéria ambiental - cidadania socioambiental. Neste particular tem evoluído o papel da sociedade civil organizada. As implicações e desafios descritos requerem uma postura interdisciplinar envolvendo temas relacionados à Economia (Desenvolvimento Econômico Sustentável) e Gestão Pública (Políticas públicas; novos modelos de gestão: democráticos e participativos) e Cultura (com o surgimento de novos bens ambientais como o caso claro dos chamados conhecimentos de populações tradicionais).

Como se deve, por fim, compreender essa governança? De acordo com o Banco Mundial, governança é “the process through which state and nonstate actors interact to design and implement policies within a given set of formal and informal rules that shape and are shaped by power”⁶.

⁶ WORLD BANK. World Development Report 2017: Governance and the Law. Washington, DC: World Bank. doi:10.1596/978-1-4648-0950-7, p. 3. Tradução livre: “o processo por meio do qual atores estatais e não estatais interagem para conceber e implementar políticas públicas no âmbito de um dado conjunto de regras informais que moldam e são moldadas pelo poder”.

Diferente da concepção dada pelo Banco Mundial de governança como processo, Delmas e Young⁷ apresentam governança como uma função social centrada nos esforços para orientar sociedades ou grupos humanos com o objetivo de evitar resultados indesejáveis (como por exemplo a tragédia dos bens comuns) e a obter resultados socialmente desejáveis (como a manutenção de um bom sistema climático). Por outro lado, governo é uma organização, ou conjunto de organizações especializadas para abordar problemas de governança em um ambiente bem definido (por exemplo, um Estado-Nação)⁸

Rosenau (2000, p. 15-16) também diferencia governança de governo: enquanto governo sugere atividades sustentadas por uma autoridade formal, “pelo poder de polícia que garante a implementação das políticas devidamente instituídas”, governança é um fenômeno mais amplo, que abrange as instituições governamentais, mas também mecanismos informais, não governamentais, que fazem com que “as pessoas e as organizações dentro de sua área de atuação tenham uma conduta determinada, satisfaçam suas necessidades e respondam às suas demandas”.

Enquanto a função transmite a ideia de uma atividade ou papel a ser desempenhado, o processo traz a noção de conjunto de atividades que se realizam, via de regra, em uma sequência lógica. Por outro lado, na definição de governança, há quem faça a junção desses conceitos, como é o caso de Partidário⁹, ao definir governança como “conjunto de regras, processos e práticas que dizem respeito à qualidade do exercício do poder, essencialmente no que se refere à responsabilidade, transparência, coerência, eficiência e eficácia”.

Destaca-se que, de acordo com o exposto, pode parecer que a temática do desenvolvimento sustentável apresente um consenso em sua conceituação; entretanto, ele é marcado por vários obstáculos em sua operacionalização, no que vem a ser realmente o desenvolvimento sustentável. Alguns dos desafios e obstáculos são objeto deste estudo, nomeadamente a importância de lideranças

⁷ DELMAS, Magali A; YOUNG, Oran R. *Governance for the environment: new perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 6-7.

⁸ CALETTI, Leandro; STAFFEN, Márcio Ricardo. A fragmentação jurídica e o direito ambiental global. *Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável*, Belo Horizonte, v. 16, n. 34, p. 279-310, mai. 2019.

⁹ PARTIDÁRIO, Maria Rosário. *Guia de boas práticas para Avaliação Ambiental Estratégica*, Portugal: Agencia Portuguesa do Ambiente. Lisboa, 2012. In. https://www.apambiente.pt/_zdata/AAE/Boas%20Praticas/GuiamelhoresAAE.PDF, pag. 38. Acesso em 20 mai. 2019.

(desenvolvimento endógeno – capital social ou outros termos equivalentes) e da existência de mecanismos de financeiros (seja de fontes de recursos públicos domésticos/políticas públicas; seja no âmbito do setor não-estatal: sociedade civil e mercado).

Assim, em que pese todos os discursos, histórico de avanços principiológicos, retóricos e jurídicos em torno na categoria sustentabilidade (do eco desenvolvimento – Estocolmo 1972 aos ODS – Agenda 2030), os caminhos para a implementação do desenvolvimento sustentável passam precisamente pelos determinantes de quem (atores) e como (com que recursos). Ao longo destes mais de 45 anos da categoria sustentabilidade estes pontos – gargalos se mostraram mais do que meros formalismos. A ponto, de como bem salientou José Eli Lopes da Veiga¹⁰, termos uma situação de distanciamento de duas grandes agendas: Do desenvolvimento (que vai muito bem) e da Sustentabilidade (que ainda enfrenta desafios importantes para sua concretização). Ocorre, como evidencia a própria categoria da sustentabilidade essas duas agendas deveriam funcionar juntas, se reforçando. O que se verifica em todos os contextos e cenários da governança planetária é uma nítida prevalência da agenda desenvolvimentista, a ponto de correremos o risco de um esvaziamento semântico da categoria sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável.

Sobre a importância de capital social/lideranças para a implementação dos ODS e práticas de sustentabilidade

Neste item desenvolve-se a fundamentação teórica relativa às variáveis centrais do estudo: liderança, formação de um líder e liderança sustentável. Definir liderança é um desafio, pois o número de publicações trazido ao público tem se multiplicado. Embora se saiba que o interesse seja tão antigo quanto o próprio homem, ele adquire novas feições e interesse crescente a cada momento. Com o aparecimento de inúmeros conceitos sobre liderança, surge dificuldades para delinear de maneira mais precisa e completa a abrangência do assunto¹¹.

Entre as principais definições de liderança temos:

¹⁰ VEIGA, José Eli Lopes da. *Da (des) governança global da sustentabilidade*. São Paulo: Editora 34, 2014.

¹¹ BERGAMINI, Cecilia Whitaker. *Liderança*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009, p.2-3.

- Liderança é o comportamento de um indivíduo quando está dirigindo as atividades de um grupo em direção a um objetivo comum¹².
- Liderança é um tipo especial de relacionamento de poder, caracterizado pela percepção dos membros de um grupo, no sentido de que outro membro tenha o direito de prescrever padrões de comportamento no que diz respeito à qualidade de membro desse grupo¹³.
- Liderança é influência pessoal exercida em uma situação e dirigida através do processo de comunicação, no sentido de atingir um objetivo específico¹⁴.
- Liderança é uma interação entre pessoas, na qual uma apresenta informação de um tipo e de tal maneira que os outros se tornam convencidos que seus resultados serão melhorados caso se comporte de maneira sugerida¹⁵.
- Liderança é o início e a manutenção de estruturas em termos de expectativa e interação¹⁶.
- Liderança é o incremento e a manutenção sobre e cima de uma submissão mecânica com diretrizes rotineiras da organização¹⁷.
- Liderança é o processo de influenciar as atividades de um grupo organizado na direção da realização de um objetivo¹⁸.
- Liderança pode ser resumida na habilidade de influenciar pessoas para trabalharem entusiasticamente visando atingir os objetivos

¹² HEMPHILL, L.K & COONS, A.E. Development of the leader behavior description questionnaire, in R. M. Stogdill & A. E. Coons (eds.), *Leader behavior: Its description and measurement*, Columbus, OH: Bureau of Business Research, Ohio State University, 1957, p.7.

¹³ JANDA, K. F., *Towards the explication of concept of leadership in terms of concept of power*, U. S. A., *Human Relations*, 1960, p. 358.

¹⁴ TANNENBAUM, R., WESCHLER, I. and MASSARIK F. (1961). *Leadership and Organization: A Behavioral Approach*, New York: McGraw Hill Book Co, Inc, p.24.

¹⁵ JACOBS, T. O., *Leadership and exchange in formal organizations*, Alexandria, VA: *Human Resources Organization*, 1970, p. 232.

¹⁶ STOGDILL, R. M., *Handbook of leadership*, N. Y., MacMillan/ Free Press, 1974, p. 411.

¹⁷ KATZ, D. & KAHN, R. L., *Psicologia Social das Organizações*, S. P., Editora Atlas S. A., 1966, p. 528.

¹⁸ ROUCH, C.F., & BEHLING, O. 1984. *Functionalism: Basis for alternate approach to the study of leadership*. Elmsford, New York: Pergamon Press, p. 45-62.

identificados como sendo para o bem comum, inspirando confiança por meio da força do caráter e traços pessoais do líder¹⁹.

2.1 A formação de um líder

Não há dúvida de que algumas pessoas demonstram prematuramente aptidão para liderar. Observe a dinâmica em qualquer parquinho e logo se torna evidente que algumas crianças possuem uma capacidade inata para a liderança. Algumas delas, a influência vem de seu tamanho ou força. Outros têm a imaginação e criatividade, inventando jogos e reunindo outras crianças em torno de si. Algumas crianças são carismáticas e sendo companhias agradáveis as demais crianças²⁰.

Muitos líderes mundiais deram sinais prematuros de sua capacidade de liderança. Quando garoto, Napoleão Bonaparte organizava intrincadas batalhas com seus colegas de classe. Winston Churchill, quando criança, encenava elaboradas manobras de batalha com 1.500 soldados de brinquedos e passou a se interessar por política ainda muito jovem.

Kotter²¹, um dos maiores pesquisadores em liderança, chega à conclusão de que “há pessoas que nasceram líderes e há outras que aprendem a desenvolver sua capacidade de liderança ao longo de décadas”. Ser uma habilidade inata ou não já é considerado como uma discussão desnecessária diante da necessidade de se ter que contar com líderes eficazes.

A chave para a formação de um líder não está nas experiências, boas ou más, e sim nas respostas que ela dá a elas. Algumas pessoas por dificuldades tornam-se rancorosos ou medrosos e param de tentar, outros sofrem, mas decidem aprender com a crise e tornam-se mais fortes.

Os líderes não são pessoas que nunca fracassaram, mas pessoas que venceram as adversidades. Fracassos e crises pessoais não desqualificam ninguém para a liderança.

O presidente da *Independent Association Bankers of Texas* sustenta que: “A verdadeira liderança não é algo que possa ser aprendido. Somente pode ser

¹⁹ HUNTER, James C. *O Monge e o Executivo*. 13 ed. Sextante. Rio de Janeiro, 2004. s/p.

²⁰ BLACKABY, Henry; BLACKABY Richard. *Liderança Espiritual*. São Paulo, 2011, p.50-70

²¹ KOTTER, John P. *Liderando Mudanças. Tradução de Leading Change*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, s/p.

aprimorado quando um indivíduo já tem uma habilidade natural para isso. Líderes podem ser treinados para tornarem-se melhores, mas já nascem com a habilidade de liderar”.

2.2 Líder para a sustentabilidade: “Líder Sustentável”

Para Ricardo Voltolini²² um dos pesquisadores de liderança sustentável os líderes sustentáveis são: “indivíduos que ‘lideram com valores’”. Para ele essas pessoas têm grande capacidade de autoconhecimento e sabem a medida exata entre racionalidade e emotividade. Têm boas percepções sobre si, seus liderados e a empresa, e tomam decisões orientadas pela intuição e por convicções e princípios bem arraigados. Estão acima dos líderes convencionais justamente por terem essas capacidades mais elevadas.

É liderar com valores. Um líder sustentável é aquele que pratica os valores de sustentabilidade na gestão de seus negócios e esses valores são basicamente: respeito ao outro, respeito ao meio ambiente, diversidade, ética e transparência. Esse líder deve compreender que o sistema econômico depende do sistema ambiental. Que seu modelo de negócio não seja permitido em prejuízo do planeta e da sociedade.

Já para Nanus e Dobbs²³, o líder sustentável é o que organiza os recursos intelectuais, de pessoal e de capital afim de alcançar a direção certa e sustentável. Esses mesmos autores ainda relatam que o líder nessas organizações possui quatro direções que acaba seguindo nos trabalhos sob seu domínio: fonte de motivação e inspiração, auxiliando os comandados nos desdobramentos das atividades; buscador de recursos, agindo fora da organização na tentativa de conseguir ajuda e apoio de colaboradores; controlador da qualidade dos serviços oferecidos à sociedade, primando pelos índices de eficácia organizacional; e também antecipador de tendências, sendo um visionário de modo a prever acontecimentos que serão importantes à organização.

²² VOLTOLINI, R. *Conversas com Líderes Sustentáveis*, Editora Senac SP, 2011, s/p.

²³ NANUS, Burt; DOBBS, Stephen M. *Liderança para o terceiro setor: estratégias de sucesso para organizações sem fins lucrativos*. Tradução de Cynthia Azevedo. São Paulo: Futura, 2000, p. 113.

Sobre líderes, Zaleznik²⁴ aponta que estes costumam, além de assumir riscos inerentes ao posto exercido, também 'procurar' situações dessa natureza, especialmente em casos onde identificam que há oportunidades e recompensas que possam ser consideradas favoráveis. Levando esse conceito para a ótica da sustentabilidade, temos dimensão da importância do papel do líder na sociedade que busca sustentabilidade, uma vez que tais pessoas sabem reagir aos momentos em que é preciso racionalizar os recursos para crescer e também os momentos em que é necessário investir para recebimento posterior

Além disso, resta ressaltar que o líder não estará sempre presente, portanto uma atribuição que lhe é cabida se refere à preparação de sua sucessão, em vista de que os trabalhos realizados continuem a ser desenvolvidos nos anos subsequentes, independente de fatores como falecimento do gestor ou incapacitações diversas que impossibilitem o desempenho das funções²⁵.

Voltolini²⁶ define um padrão para competências de liderança sustentável, com base nesse padrão, ele elencou 20 atributos pertencentes aos líderes sustentáveis são eles:

Comandar a elaboração de uma estratégia consistente de sustentabilidade para a empresa, buscando a cooperação entre as diferentes áreas e as questões/causas mais relevantes para o negócio e o seu setor de atuação; fazer com que o conceito permeie a cultura organizacional, transformando-o em um valor corporativo relevante para a definição da identidade da companhia;

Garantir uma coordenação entre as diversas funções corporativas da empresa com o objetivo de maximizar o desempenho em sustentabilidade;

A partir de uma análise permanente de cenários, avaliar riscos e oportunidades relacionados a questões de sustentabilidade para a empresa e o setor;

Assegurar que a empresa identifique, de forma clara, todos os impactos socioambientais negativos causados por suas operações; cuidar para minimizá-los ou eliminá-los;

Definir políticas específicas e cenários para o futuro, estabelecendo metas mensuráveis de curto, médio e longo prazos;

Envolver e educar funcionários e colaboradores, adotando programas de treinamento e desenvolvimento e também sistemas sólidos de incentivo;

Realizar monitoramento e mensuração de desempenho baseados em métricas específicas para, por exemplo, gestão de água, energia, emissões de gases de efeito estufa, poluição, efluentes e biodiversidade;

²⁴ ZALEZNIK, Abraham. *Gerentes e líderes são diferentes?* São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Coleção HARVARD de Administração, n. 17) s/p.

²⁵ BRIGHT, William E. *Como uma empresa administra seus recursos humanos*. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Coleção HARVARD de Administração, n. 4), s/p.

²⁶ VOLTOLINI, R. *Conversas com Líderes Sustentáveis*, Editora Senac SP, 2011, s/p.

Responsabilizar pela execução da estratégia áreas corporativas essenciais como Compras, Marketing, Recursos Humanos, Jurídico e Relações Institucionais, assegurando que nenhuma delas atue em conflito com os compromissos e objetivos de sustentabilidade da empresa;

Alinhar estratégias, metas e estruturas de incentivo de todas as unidades operacionais com os objetivos e compromissos de sustentabilidade da empresa;

Analisar cada elo da cadeia de valor, mapeando impactos, riscos e oportunidades;

Envolver fornecedores na estratégia de sustentabilidade; sensibilizar, treinar e capacitar parceiros de negócio; monitorar o quanto estão alinhados com os compromissos e práticas da empresa;

Rever processos e modos de produzir; desenvolver produtos e serviços ou conceber modelos de negócio que contribuam para promover a sustentabilidade;

Realizar investimento social alinhado com as competências da empresa e o contexto operacional de seu negócio, enquadrando-o em sua estratégia de sustentabilidade; atuar sempre em sintonia com as políticas públicas correlacionadas para garantir maior eficácia nos resultados;

Integrar campanhas e iniciativas públicas, assumindo, em suas comunicações (palestras, aulas magnas e artigos), compromissos com as questões mais relevantes de sustentabilidade;

Coordenar esforços com outras organizações – de primeiro, segundo e terceiro setor – para potencializar investimentos e não anular outras iniciativas de desenvolvimento sustentável;

Cooperar com organizações do mesmo setor e outras partes interessadas em iniciativas que ajudem a encontrar respostas para desafios comuns, local ou globalmente, com ênfase àquelas que venham a ampliar o impacto positivo na cadeia de valor;

Fazer o papel de mentor para empresas do mesmo setor ou de outro setor que ainda se encontrem em estágio inicial de implantação de práticas sustentáveis; na condição de referência em liderança em sustentabilidade, facilitar o acesso a informações por parte daqueles que desejam conhecer a política da empresa;

Comunicar, de forma ampla, os resultados e a evolução de suas práticas de sustentabilidade, visando prestar contas às partes interessadas e à sociedade; e também emular o comportamento sustentável de outras empresas;

Envolver e educar os *stakeholders* para que eles conheçam as políticas da empresa e participem, a seu modo, da consecução delas no dia a dia;

Capitanear o processo de mudança, inserir as dimensões social e ambiental na noção de sucesso empresarial, superar a inércia e o apego aos modelos consagrados, estabelecendo uma visão e uma missão de sustentabilidade.

Além disso, resta ressaltar que o líder não estará sempre presente, portanto uma atribuição que lhe é cabida se refere à preparação de sua sucessão, em vista de que os trabalhos realizados continuem a ser desenvolvidos nos anos subsequentes, independente de fatores como falecimento do gestor ou incapacitações diversas que impossibilitem o desempenho das funções²⁷.

²⁷ BRIGHT, William E. *Como uma empresa administra seus recursos humanos*. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Coleção HARVARD de Administração, n. 4), s/p.

Dos desafios financeiros para a implementação do desenvolvimento sustentável: uma análise a partir do contexto dos ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Sabe-se que padrões de crescimento atuais não são sustentáveis. “Serão necessários 90 trilhões de dólares para enfrentar os desafios do desenvolvimento sustentável nos próximos anos”, no entanto “o custo da inação acabaria por ser muito mais profundo, com o futuro da humanidade na balança”²⁸.

O conceito de desenvolvimento sustentável em sua trajetória consolidou-se com seus ‘três pilares’: o econômico, o social e o ambiental, como também foi demonstrada sua relação com as agendas globais de comércio, financiamento e meio ambiente, como a Conferência Internacional para o Financiamento do Desenvolvimento²⁹. Hoje os esforços pelo desenvolvimento sustentável têm como base a Agenda 2030 com o seu conjunto de objetivos globais estipulados em 2015 na ONU, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs).

A Agenda 2030 é uma agenda global que estipula diretrizes, princípios, e uma metodologia. Nela está incluso um conjunto de Objetivos e metas a serem seguidas nos próximos anos por todos os países e pessoas do mundo. A Agenda foi formalizada e adotada por todos os 193 Estados-Membros da ONU, em setembro de 2015 em Nova York, na Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável que antecedeu a 70ª sessão da Assembleia Geral. Ao dar continuidade às conquistas dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM)³⁰, busca mobilizar uma parceria global para alcançar o desenvolvimento sustentável incentivando a adesão de todos stakeholders para a efetiva conclusão da agenda.

Alguns autores apontam que “o desenvolvimento sustentável deve ser economicamente factível, ecologicamente apropriado, socialmente justo e culturalmente equitativo, sem discriminação”. Há, continua o raciocínio, uma possível

²⁸ UNITED NATIONS. Opening of SDG Financing Lab. Disponível em: <<http://www.un.org/pga/71/2017/04/18/opening-of-sdg-financing-lab/>>. Acesso em 12 jun. 2016.

²⁹ LAGO, A. A. C. do. *Conferências de Desenvolvimento Sustentável*. Brasília: FUNAG, 2013, p. 15.

³⁰ United Nations Development Program -UNDP. *Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf>>. Acesso em 30 abr. 2017.

convergência entre duas situações antagônicas: preservar o ambiente e “a necessidade de incentivar o desenvolvimento socioeconômico”³¹.

Nota-se, como mencionou o ex-secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon “as agendas das empresas e do desenvolvimento sustentável estão convergindo de forma nova e instigante”³², criando assim a possibilidade e a expectativa de gerar novos negócios e novas formas de financiar empreendimentos e ações que contribuam para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Ainda, segundo Peter Thomsom, presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, “as estimativas sugerem que financiar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis exigirá um investimento anual de aproximadamente US\$6 trilhões [...]”³³.

Em um estudo sobre a influência das normas internacionais nas atividades das instituições financeiras, é reiterado a atual tendência para o desenvolvimento sustentável. Isso se expressa na conjuntura global com um movimento que incentiva a sustentabilidade em variados setores da sociedade; e na mudança de comportamento no setor empresarial, em que pese as instituições financeiras³⁴.

É notável assim, nos últimos anos, o surgimento de novos instrumentos de promoção da sustentabilidade, com relevância a transformação nas instituições financeiras multilaterais na iniciativa de vincular desenvolvimento sustentável a seus mecanismos financeiros. Fato que chega a ser considerado “o avanço mais importante da proteção ao meio-ambiente nas últimas décadas”³⁵.

Em 2017, 44 países comprometeram-se a apresentarem Relatório Nacionais Voluntários (RNVs) no Fórum Político de Altos Nível das Nações Unidas (ONU), o Brasil foi um deles. Nesse contexto, organizações da sociedade civil documentaram

³¹ ARMADA, C. A. S.; MOURA, M. T.; STANZIOLA, R. *A influência do direito internacional ambiental na atividade das instituições financeiras: análise dos principais instrumentos e mecanismos de governança corporativa e compliance*. 20º Congresso brasileiro de direito ambiental, São Paulo: Instituto O Direito por um Planeta Verde, 2015.

³² FUNDAÇÃO DOM CABRAL; INICIATIVA INCLUIR; PNUD. *Mercados Inclusivos no Brasil: desafios e oportunidades do ecossistema de negócios*. 2015, p. 7.

³³ UNITED NATIONS. Opening of SDG Financing Lab. Disponível em: <<http://www.un.org/pga/71/2017/04/18/opening-of-sdg-financing-lab/>>. Acesso em 12 jun. 2016.

³⁴ ARMADA, C. A. S.; MOURA, M. T.; STANZIOLA, R. *A influência do direito internacional ambiental na atividade das instituições financeiras: análise dos principais instrumentos e mecanismos de governança corporativa e compliance*. 20º Congresso brasileiro de direito ambiental, São Paulo: Instituto O Direito por um Planeta Verde, 2015.

³⁵ International council on trade and sustainable development - ICTSD. *Novos atores para o desenvolvimento sustentável: as instituições financeiras, 2008*. Disponível em: <<http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/novos-atores-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel-as-institui%C3%A7%C3%B5es-financeiras>>. Acesso em 17 mai. 2017.

e analisaram (CICC, 2018) as informações reportadas pelos países a fim de compreender a situação e os desafios e progressos na implementação dos ODS nos países. São reconhecidos dez pilares chaves, boas práticas que estão surgindo e recomendações de como os países podem se aproveitar de tais meios institucionais como uma oportunidade para aprendizado mútuo com os pares, troca de conhecimento e suporte para a efetiva implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Os Relatórios Nacionais Voluntários³⁶ demonstram que a maioria dos países de alguma forma “incorporaram os ODS nos seus planos nacionais de desenvolvimento e políticas relacionadas” e estão aptos a apresentar ações concretas do seu movimento em direção a Agenda 2030. Os desafios, portanto, se dão no sentido de “começar a integrar os ODSs nos orçamentos nacionais e locais para assegurar que os recursos estejam alocados para implementação, com base na boa prática de identificar fontes financeiras para implementar a Agenda 2030 no nível do país”.

A avaliação dos RNVs, identifica que a maior parte dos países “não articulam planos para custear a implementação ou fontes de financiamento”. Uma melhor prática recomendada é “articular de forma clara e detalhada [no RNV] os desafios na implementação da Agenda 2030 para informar como o país pode melhor receber suporte doméstico e internacional”³⁷.

A Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) é considerada um relevante mecanismo de suporte para a implementação da Agenda 2030, a qual países desenvolvidos se comprometem a prestar assistência de 0,7% da renda nacional bruta para países em desenvolvimento e 0,15% para países menos desenvolvidos (LDCs). Recursos domésticos e investimentos também são considerados importantes, bem como parcerias internacionais³⁸.

CONCLUSÃO

³⁶ Com o propósito de prestar contas aos cidadãos, dar suporte a “efetiva cooperação internacional, fomentar boas práticas e a aprendizagem mútua”, países apresentam Relatórios Nacionais Voluntários (RVN) nos Fóruns Políticos de Alto-Nível das Nações Unidas anualmente.

³⁷ Canadian Council for International Co-operation (CCIC). *Progressing national SDGs implementation: An independent assessment of the voluntary national review reports submitted to the United Nations High-level Political Forum on Sustainable Development in 2017*. Ottawa, 2018.

³⁸ Canadian Council for International Co-operation (CCIC). *Progressing national SDGs implementation: An independent assessment of the voluntary national review reports submitted to the United Nations High-level Political Forum on Sustainable Development in 2017*. Ottawa, 2018.

O debate sobre o desenvolvimento sustentável, portanto, possui uma considerável trajetória e, em certa medida, acontece na discussão sobre a relação entre crescimento econômico e meio ambiente (humanidade e natureza). O conceito de desenvolvimento sustentável, assim cunhado pelo Relatório Brundtland em 1987 apresentou duas categorias controversas (necessidades e limites) que valem serem analisadas com cuidado. Desde o Eco Desenvolvimento, passando pela incorporação popular das três dimensões: ambiental, social e econômica, o debate chega atualmente no escopo moderado da Agenda 2030 e os ODS. Entretanto, a noção não estática do conceito deve ser considerada, uma vez que o crescimento, o “desenvolvimento”, tem a possibilidade de ocorrer em outros modelos que não a lógica de competição vigente e autodestrutiva.

É nesse contexto, que se lançam desafios para a efetivação prática do desenvolvimento sustentável: o capital humano e o capital financeiro. O conceito de governança, ajuda a entender esse movimento de aumento da participação da sociedade civil e outros atores não-estatais nos processos decisórios. É demonstrada também na incorporação dos conceitos de sustentabilidade dentro das políticas públicas e no direito internacional ambiental (governança internacional, nacional e local), prezando pela multiplicidade e interdisciplinaridade dos atores e abordagens que valorizem os conhecimentos tradicionais de povos originários. Seja entendida como processo ou função, a governança hoje considerada um princípio na implementação da Agenda 2030, pode vir a incentivar o surgimento de lideranças e novas formas de executar na prática a sustentabilidade.

Os líderes são aqueles capazes de influenciar pessoas para alcançar objetivos. Ao se desprender da ideia de responsabilizar terceiros pelos problemas da sociedade, o protagonismo, a criação de redes e parcerias, e a busca por formas não convencionais de soluções, apontam como tendências de atuação e liderança.

A distância entre as Agendas internacionais do Meio Ambiente e a do Desenvolvimento, e a predominância desta última, é outro desafio para a realização da sustentabilidade (equilíbrio entre todas as dimensões), onde o ser humano fica no meio. As Conferências Internacionais de Financiamento ao Desenvolvimento são uma possibilidade para aproximar essas duas agendas. A última conferência que aconteceu em Addis Abeba, capital da Etiópia, teve como produto uma Agenda de

Ação global que fornece diretrizes de melhores práticas financeiras para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

REFERÊNCIAS

ARMADA, C. A. S.; MOURA, M. T.; STANZIOLA, R. A influência do direito internacional ambiental na atividade das instituições financeiras: análise dos principais instrumentos e mecanismos de governança corporativa e compliance. 20º Congresso brasileiro de direito ambiental, São Paulo: Instituto O Direito por um Planeta Verde, 2015.

BELLEN, H. M. van. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa.** 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006, p. 45.

BERGAMINI, Cecilia Whitaker. **Liderança.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009, p.2-3.

BLACKABY, Henry; BLACKABY Richard. **Liderança Espiritual.** São Paulo, 2011, p.50-70

BRIGHT, William E. **Como uma empresa administra seus recursos humanos.** São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Coleção HARVARD de Administração, n. 4), s/p.

Canadian Council for International Co-operation (CCIC). **Progressing national SDGs implementation: An independent assessment of the voluntary national review reports submitted to the United Nations High-level Political Forum on Sustainable Development in 2017.** Ottawa, 2018.

CALETTI, Leandro; STAFFEN, Márcio Ricardo. **A fragmentação jurídica e o direito ambiental global.** Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, Belo Horizonte, v. 16, n. 34, p. 279-310, mai. 2019.

DELMAS, Magali A; YOUNG, Oran R. **Governance for the environment: new perspectives.** Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 6-7.

FUNDAÇÃO DOM CABRAL; INICIATIVA INCLUIR; PNUD. **Mercados Inclusivos no Brasil: desafios e oportunidades do ecossistema de negócios.** 2015, p. 7.

UNITED NATIONS. **Opening of SDG Financing Lab.** Disponível em: <<http://www.un.org/pga/71/2017/04/18/opening-of-sdg-financing-lab/>>. Acesso em 12 jun. 2016.

GARCIA, Denise Schmitt Siqueira; GARCIA, Heloise Siqueira; GIMÉNEZ, Andrés Molina. **Global environmental governance as a regulatory and guarantee criterion for environmental justice.** Novos Estudos Jurídicos, v. 22, n. 3, p. 942-963, dez. 2017.

HEMPHILL, L.K & COONS, A.E. **Development of the leader behavior description questionnaire,** in R. M. Stogdill & A. E. Coons (eds.), *Leader behavior: Its*

description and measurement, Columbus, OH: Bureau of Business Research, Ohio State University, 1957, p.7.

HUNTER, James C. **O Monge e o Executivo**. 13 ed. Sextante. Rio de Janeiro, 2004. s/p.

International council on trade and sustainable development - ICTSD. **Novos atores para o desenvolvimento sustentável**: as instituições financeiras, 2008. Disponível em: <<http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/novos-atores-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel-as-institui%C3%A7%C3%B5es-financeiras>>. Acesso em 17 mai. 2017.

JACOBS, T. O., **Leadership and exchange in formal organizations**, Alexandria, VA: Human Resources Organization, 1970, p. 232.

JANDA, K. E., **Towards the explication of concept of leadership in terms of concept of power**, U. S. A., *Human Relations*, 1960, p. 358.

KATZ, D. & KAHN, R. L., **Psicologia Social das Organizações**, S. P., Editora Atlas S. A., 1966, p. 528.

KOTTER, John P. **Liderando Mudanças**. Tradução de Leading Change. Rio de Janeiro: Campus, 1997, s/p.

LAGO, A. A. C. do. **Conferências de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: FUNAG, 2013, p. 15.

MAY, P. H.; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. (Org.). **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. 2. ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2010

NANUS, Burt; DOBBS, Stephen M. **Liderança para o terceiro setor: estratégias de sucesso para organizações sem fins lucrativos**. Tradução de Cynthia Azevedo. São Paulo: Futura, 2000, p. 113.

PARTIDÁRIO, Maria Rosário. **Guia de boas práticas para Avaliação Ambiental Estratégica**, Portugal: Agência Portuguesa do Ambiente. Lisboa, 2012. In. <https://www.apambiente.pt/zdata/AAE/Boas%20Praticas/GuiaMelhoresAAE.PDF>. Acesso em 20 mai. 2019.

Relatório Nosso Futuro Comum. **Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD)**. São Paulo: FGV, 1987.

ROSENAU, James N. Governança, **ordem e transformação na política mundial**. In ROSENAU, James N; CZEMPIEL, Ernst-Otto (org.). Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial. Trad. de Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília e São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, p. 15-16.

ROUCH, C.F., & BEHLING, O. 1984. **Functionalism**: Basis for alternate approach to the study of leadership. Elmsford, New York: Pergamon Press, p. 45-62.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

STOGDILL, R. M., **Handbook of leadership**, N. Y., MacMillan/ Free Press, 1974, p. 411.

TANNENBAUM, R., WESCHLER, I. and MASSARIK F. (1961). **Leadership and Organization: A Behavioral Approach**, New York: McGraw Hill Book Co, Inc, p.24.

United Nations Development Program -UNDP. **Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf>>. Acesso em 30 abr. 2017.

VEIGA, José Eli Lopes da. **Da (des) governança global da sustentabilidade**. São Paulo: Editora 34, 2014.

VIEIRA, Ricardo Stanziola; TAVARES, Elisa Goulart. **Direito da sustentabilidade: reflexões acerca da crise ecológica marcada pela flexibilização das normas ambientais e a efetivação dos direitos humanos socioambientais**. Revista Eletrônica Direito e Política, v. 14, n. 1, p. 238-260, jan-abr. 2019.

VOLTOLINI, R. **Conversas com Líderes Sustentáveis**, Editora Senac SP, 2011, s/p.

WORLD BANK. **World Development Report 2017: Governance and the Law**. Washington, DC: World Bank. doi:10.1596/978-1-4648-0950-7.

ZALEZNIK, Abraham. **Gerentes e líderes são diferentes?** São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Coleção HARVARD de Administração, n. 17) s/p.